

HORTAS URBANAS E RESILIÊNCIA: Benefícios da implantação

Clarice Araújo Carvalho¹; Andréa Cardoso Ventura².

- 1.** Bolsista FAPESB, Mestranda em Administração, Universidade Federal da Bahia (UFBA), email: claricecarvalhof@hotmail.com
- 2.** Orientadora, Doutora em Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Universidade Federal da Bahia (UFBA), email: andreaventurassa@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: hortas urbanas, resiliência social, resiliência ambiental, zonas urbanas.

OBJETIVO

Identificar na literatura o impacto das hortas urbanas na resiliência nas cidades.

REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da metade do século XX, despontou um grande aumento da população mundial, o que tem resultado na expansão da ocupação e exploração de terras de forma súbita e constante até a atualidade. Em consequência, a urbanização tem se amplificado e gerado alta densidade populacional nas cidades. As previsões indicam forte evolução destes números. Em 2025, cerca de 3,5 bilhões de indivíduos – mais da metade da população mundial –, ocuparão zonas urbanas (FAO, 2012). Essa disputa dos indivíduos por espaço intensificará a transformação dos ecossistemas, com diminuição da biodiversidade e redução na qualidade de vida (DENNIS; JAMES, 2015).

A fim de sanar ou amenizar estes impactos negativos, há registros históricos da importância de manter espaços de cultivo de alimentos na zona urbana. Aliado à crescente busca de transformação das cidades em ambientes sustentáveis e resilientes, a implantação de hortas urbanas tem aumentado em todo o mundo (MOREIRA, 2017).

Nas hortas urbanas ou periurbanas (HUP) são cultivadas frutas, verduras, hortaliças, tubérculos, plantas ornamentais ou plantas medicinais (FAO, 2012; MOREIRA, 2017) e sua implantação pode atender à propósitos comerciais, de subsistência, terapêuticos, educacionais ou ligado a causas sociais e de lazer (FAO, 2012). Há registros históricos de horticultura urbana como solução à segurança alimentar em cenários de crises econômicas e desenvolvimento de países pobres (COLDING; BARTHEL, 2012; FAO, 2012; JAGT et al, 2017).

As hortas urbanas comunitárias são um desdobramento da horticultura urbana. Caracterizam-se por espaços verdes de cultivo agrícola, majoritariamente mantido por trabalho voluntário de membros da comunidade onde está inserida, voltado à causas sociais e de lazer (JAGT et al, 2017). A interação dos cidadãos com o ecossistema local, manutenção do espaço e a convivência com outros indivíduos em atividades comuns indicam a possível contribuição das hortas no fortalecimento da resiliência urbana (COLDING, BARTHEL, 2012).

Para lidar com a expansão da urbanização e o aumento da população mundial, surgem desafios ambientais e sociais relacionados ao desenvolvimento das cidades. Novos modelos urbanos, mais sustentáveis e verdes, estão em planejamento (FAO, 2012). Nesse contexto, a resiliência se destaca entre as características essenciais às cidades. Ela define a capacidade de mitigação e adaptação das cidades e seus cidadãos aos impactos e choques das mudanças e fenômenos naturais e sociais (JAGT et al, 2017). A resiliência social está ligada a fatores como empregabilidade, qualidade de vida, fortalecimento da cidadania, integração cultural e tolerância entre as diferenças nos modos de vida. A resiliência ambiental influencia em questões ligadas à melhoria do ecossistema, aumento da biodiversidade, acesso à alimentos com alto valor nutritivo e educação ambiental que direciona para práticas de vida mais sustentáveis (COLDING, BARTHEL, 2012; JAGT et al, 2017). Dessa forma, esse estudo busca identificar qual a contribuição das hortas urbanas na resiliência nas cidades.

MÉTODO

Revisão bibliográfica foi utilizada para compreender o impacto das hortas urbanas no incremento da resiliência nas cidades. As pesquisas foram realizadas em dois bancos de dados: *Google Scholar* (<https://scholar.google.com.br/>) e *Scopus* (<https://www.scopus.com/>). O critério de seleção dos artigos considerou resultados em inglês e português obtidos pela busca das palavras-chave abaixo especificadas, com anos de publicação entre 2012 e 2019. No total, foram identificados 92 artigos. Considerando os critérios: quantidade de citações, aderência dos títulos ao tema e, por fim, análise dos resumos, foram selecionados cinco artigos como referências para essa pesquisa.

Quando pesquisado as palavras “*resilience*” e “*urban green common*”, obteve-se três resultados. Destes, foi selecionado o artigo “The potential of 'Urban Green Commons' in the resilience building of cities” (COLDING, BARTHEL, 2012). Ao traduzir e utilizar as palavras “resiliência” e “hortas urbanas” ou “horta urbana comunitária” foram encontrados quatro resultados em que nenhum se adequou aos critérios de seleção para aprofundamento da leitura.

Quando pesquisado “*Urban Gardens*” ou “*Urban Green Commons*” e “*Governance*” obteve-se 40 artigos. Interessante destacar que, nesta pesquisa, identificou-se que os termos foram utilizados em apenas um artigo científico no ano de 2007. Todas as demais produções somente ocorreram a partir do ano de 2012. O ano que os termos apareceram juntos mais vezes foi em 2017, com oito resultados. As referências selecionadas a partir dessa busca foram: “User participation in urban green commons: exploring the links between access, voluntarism, biodiversity and well being” (DENNIS, JAMES, 2015), “Cultivating nature-based solutions: The Governance of Communal Urban Gardens in the European Union” (JAGT et al, 2017) e “Urban Gardening and Green Space Governance: Towards New Collaborative Planning Practices” (NIKOLAÏDOU et al., 2016). Ao traduzir e utilizar as palavras “governança” e “hortas urbanas” ou “horta urbana comunitária” foram encontrados 45 resultados em que foi selecionado o artigo “Relação entre bem-estar e a utilização de hortas urbanas biológicas” (MOREIRA, 2017).

Complementarmente, foram analisadas as referências dos artigos selecionados. Entre a bibliografia, foi encontrado um relatório informativo produzido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) sobre o Programa de Horticultura Urbana e Periurbana, aplicado em mais de 130 países. Este material foi adicionado às referências analisadas, pela relevância da instituição autora e por abordar os temas vinculados ao desenvolvimento dessa pesquisa.

ANÁLISE

As referências encontradas indicaram a predominância de estudos de caso em pesquisas sobre hortas urbanas e espaços verdes comunitários. Quatro artigos selecionados observaram os impactos das implantações de hortas urbanas em países como Eslovênia, Hungria, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça. Um artigo baseou-se na revisão de três estudos de caso na Alemanha, para conceituar áreas verdes comuns e pontuar a contribuição destas na resiliência urbana.

Com base nos estudos analisados, as implantações de hortas comunitárias apresentaram diversos benefícios sociais e ambientais à população e às cidades. Estes impactos positivos

tendem a contribuir para o desenvolvimento sustentável e resiliente das zonas urbanas. As contribuições encontradas nos estudos selecionados apontaram para a interação dos cidadãos com o meio ambiente, caracterizando sinergia entre humanos e natureza, benéfica e necessária ao desenvolvimento das cidades no futuro (FAO, 2012; DENNIS, JAMES, 2015).

No tocante aos benefícios sociais, pode-se mencionar que as hortas comunitárias se baseiam na agricultura de pequena escala, que promove maior acessibilidade da população à alimentação saudável (NIKOLAÏDOU et al., 2016). Por conta do processo de gestão e cultivo agrícola, a educação ambiental é fomentada entre os participantes, assim como conhecimentos sobre jardinagem e segurança alimentar e abastecimento local. Responsabilidades ambientais e hábitos sustentáveis são incentivados e ecoam em toda a comunidade ao entorno (COLDING, BARTHEL, 2012; NIKOLAÏDOU et al., 2016).

Há ainda o empoderamento das comunidades e fortalecimento de valores democráticos (COLDING, BARTHEL, 2012; NIKOLAÏDOU et al., 2016). A manutenção dos espaços estimula a governança local, o trabalho voluntário (COLDING, BARTHEL, 2012; NIKOLAÏDOU et al., 2016), integração social entre os membros e consequente desenvolvimento de senso de comunidade (COLDING, BARTHEL, 2012; JAGT et al, 2017).

A implantação das hortas promove o uso ativo de áreas comumente caracterizadas como lotes vacantes, terrenos abandonados ou áreas de despejo de dejetos, que são revitalizados e reapropriados. Majoritariamente, essas áreas são cedidas pelo município, realizando-se a transferência da responsabilidade de manutenção do espaço para a comunidade, mas com ações permanentes de monitoramento e discussões conjuntas entre governo e sociedade sobre seus cuidados. A apropriação e gestão dessas áreas favorece a autonomia e integração dos moradores e da comunidade. Destaca-se, ainda, a possibilidade de diminuir gastos públicos com áreas abandonadas (COLDING, BARTHEL, 2012; NIKOLAÏDOU et al., 2016).

No que tange aos benefícios ambientais, foi observado aumento da biodiversidade urbana, gerada pelo cultivo vegetal e pelos animais e polinizadores atraídos pela flora. Observou-se, ainda, a alteração do microclima, promovendo temperaturas amenas (DENNIS, JAMES, 2015; JAGT et al, 2017), promover a melhora na qualidade de vida da população, apontada pela prática do cultivo proporcionar tempo em contato com a natureza (COLDING, BARTHEL, 2012).

Os benefícios apresentados apontam um desafogamento das áreas urbanas, tornando o ambiente mais agradável para viver. A integração entre os cidadãos aponta para fortalecimento da diversidade cultural por promover a convivência entre indivíduos com diferentes modos de vida, gerando maior tolerância entre as diferenças. A redução de conflitos sociais e valorização de aspectos ambientais, reduz a sensação de sufocamento proporcionado pela densidade populacional e consequente melhora a qualidade de vida (COLDING, BARTHEL, 2012).

CONCLUSÃO

Os impactos positivos apresentados decorrem da interação e relacionamento entre os cidadãos, valorização do meio ambiente e trocas entre sociedade civil e governo. Ao promover o fortalecimento e incentivo desses aspectos, pode-se afirmar que as hortas urbanas contribuem

para a resiliência social e ambiental das cidades. Os benefícios auxiliam na melhoria da qualidade de vida das sociedades e adaptação às mudanças climáticas (JAGT et al, 2017).

A busca por referências bibliográficas indicou maior necessidade de haver pesquisas teóricas sobre o tema, assim como expansão dos estudos práticos. Dessa forma, a temática poderá ser ampliada quanto às discussões, aprimoramentos e implantações em mais localidades. A escassez de trabalhos publicados em português que relacionem as hortas à resiliência expõe a necessidade da ampliação da temática no Brasil, principalmente considerando os desafios que o país deverá enfrentar nos próximos anos, com a necessidade de fortalecer a resiliência urbana frente à emergência climática.

A natureza prática do tema de pesquisa hortas urbanas é observada pela predominância de estudos de caso resultantes na busca realizada. Essa característica aponta para limitação de estudos teóricos voltados para hortas urbanas comunitárias. Sugere-se, assim, a realização de estudos técnicos e revisões de literatura na área, visando mapear métodos de desenvolvimento e gestão eficientes, que gerem melhores resultados e contribuições à resiliência nas cidades.

BIBLIOGRAFIA

COLDING, Johan; BARTHEL, Stephan. The potential of ‘Urban Green Commons’ in the resilience building of cities. **Ecological Economics**, [s.l.], v. 86, p. 156-166, 23 dez. 2012. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2012.10.016>.

DENNIS, M.; JAMES, P. User participation in urban green commons: exploring the links between access, voluntarism, biodiversity and well being: Exploring the links between access, voluntarism, biodiversity and well being. **Urban Forestry & Urban Greening**, [s.l.], v. 15, p. 22-31, 21 nov. 2015. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ufug.2015.11.009>.

FAO, Programa de Horticultura Urbana e Periurbana. **Criar cidades mais verdes**. Itália: FAO, 2012. 20 p. Disponível em: http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/hup/seguranca_alimentar.html. Acesso em: 08 maio 2020.

JAGT, Alexander P.N. van der et al. Cultivating nature-based solutions: The Governance of Communal Urban Gardens in the European Union. **Environmental Research**, [s.l.], v. 159, p. 264-275, nov. 2017. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.envres.2017.08.013>.

MOREIRA, Marisa C. et al. Relação entre bem-estar e a utilização de hortas urbanas biológicas. In: I COLÓQUIO NACIONAL DE HORTICULTURA SOCIAL E TERAPÊUTICA, 27, 2017, Lisboa. Actas Portuguesas de Horticultura. Lisboa: Associação Portuguesa de Horticultura (aph), 2017. p. 5-13

NIKOLAÏDOU, Sofia et al. Urban Gardening and Green Space Governance: **Cogitatio**: Towards New Collaborative Planning Practices, [s.i], v. 1, n. 1, p. 5-19, 29 fev. 2016. Disponível em: <https://www.cogitatiopress.com/urbanplanning/article/view/520> Acesso em: 08 maio 2020.